

ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL, ANÁLISE DE CASOS EXEMPLARES E RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS

Vieira, Adriana.

Pesquisadora autônoma.

adriana.vieira.arq@gmail.com

A promoção da acessibilidade propicia melhores condições para o uso e para a fruição dos espaços públicos, sua reabilitação tem implicações diretas na independência, segurança, mobilidade, conforto e consequentemente, na qualidade de vida.

No património urbano patrimonial, a acessibilidade deve ser compatibilizada com a preservação da sua autenticidade. As dificuldades de adaptação agravam-se, uma vez que os núcleos urbanos históricos foram construídos segundo exigências distintas das atuais. Ciente da necessidade de se preservar a autenticidade do espaço público patrimonial e ao mesmo tempo proporcionar o acolhimento, o estudo realizado na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa teve como objetivo sistematizar formas de atuação que promovem a acessibilidade física e sensorial no espaço público de núcleos urbanos patrimoniais, assim como verificar se a acessibilidade está sendo implantada no contexto Luso-brasileiro.

Apesar de ser reconhecida a importância da acessibilidade no espaço público patrimonial, não se conhece uma coletânea de boas práticas de ações em espaços públicos em Portugal ou no Brasil. Ferreira afirma que *“Há poucos livros publicados sobre o binômio: património cultural e acessibilidade. Porém, em todos, está presente a percepção de que adaptar é antes de tudo um benefício, não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos os usuários do património cultural, sejam eles turistas ou funcionários”*. ¹

¹ Ferreira, Oscar Luís. *Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005*, 2011, p. 148.

O objetivo geral do estudo foi identificar e sistematizar formas de atuação que promovam a acessibilidade física, sensorial e a comunicação da acessibilidade no espaço público de núcleos urbanos patrimoniais, respeitando a autenticidade desta herança cultural.

Esta meta inicial foi dividida nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Apurar se as medidas que promovem a acessibilidade no espaço público estão vertidas em normas legais e regulamentares;
- 2) Estudar a abordagem preconizada nos planos de promoção da acessibilidade de cidades históricas;
- 3) Identificar práticas exemplares de promoção da acessibilidade nos espaços públicos na Europa, em Portugal e no Brasil;
- 4) Verificar em que medida a acessibilidade está assegurada nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais;
- 4) Elaborar recomendações de boa prática para promover a acessibilidade nos espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais.

O estudo visou testar a hipótese seguinte: A análise empírica de práticas exemplares e de casos de estudo permite definir recomendações de boa prática para promover a acessibilidade física e sensorial em espaços públicos de núcleos urbanos patrimoniais.

A pesquisa teve como objeto de estudo o espaço público de matriz portuguesa inscrito como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no contexto luso-brasileiro.

Como metodologia, o estudo foi desenvolvido em três fases. Na primeira foi realizado um estado de arte que abordou definições, conceitos e diretrizes sobre reabilitação urbana e acessibilidade no espaço público patrimonial. Também houve a revisão de diplomas legais, diretrizes e recomendações emanadas por entidades internacionais, europeias, portuguesas e brasileiras.

Na segunda fase, análise empírica, foram analisadas práticas exemplares para a promoção da acessibilidade física e sensorial, através de planos municipais de

acessibilidade, intervenções exemplares em núcleos urbanos patrimoniais da Europa e do Brasil.

Entre várias iniciativas europeias, destacam-se as intervenções realizadas no âmbito do Access City Awards, onde foram analisadas as intervenções de Ávila e Salzburgo, duas cidades inscritas na lista de Patrimônio da UNESCO. O contexto europeu mostrou-se receptivo às intervenções considerando o atendimento das exigências legais, com soluções integradas e até subsidiadas pela iniciativa privada. A cidade de Toledo implantou um sistema de elevadores que desmistifica a dificuldade de acessibilidade de grandes desníveis. Além de promover a acessibilidade e a conexão de planos separados por grande diferença de cotas, há perfeita harmonia desta obra com o patrimônio urbano e sua paisagem.

Sobre acessibilidade em parques naturais também patrimoniais, foram estudadas as intervenções do Parque de Sintra – Monte da Lua (Sintra, Portugal) e do Parque Nacional do Iguaçu (Brasil).

No contexto luso-brasileiro foram analisadas as cidades de Évora e Guimarães, e no Brasil as cidades de Ouro Preto e Olinda. De entrevistas a visitas de estudo, com levantamento da acessibilidade do espaço público e de recursos de acessibilidade sensorial, análise de sites e materiais publicitários, pode-se verificar que as intervenções de acessibilidade no contexto luso-brasileiro ainda são tímidas quando comparadas com as ações europeias analisadas. Verifica-se uma clara desvantagem das cidades de Portugal e do Brasil na oferta de soluções acessíveis, embora haja amparo legal que defenda este direito fundamental.

A comparação dos casos de estudo com as melhores práticas de outros países permite também constatar que o problema da falta da acessibilidade no contexto luso-brasileiro não reside na matriz do urbanismo português, como inicialmente foi cogitado. Naturalmente que um plano, como o realizado por Cerdà para Barcelona, num terreno com pendentes pouco acentuadas, é mais receptivo à implantação de acessibilidade física do que a realidade resultante de um desenvolvimento espontâneo em território acidentado, como aconteceu nas

cidades emancipadas pelo ciclo do ouro, tendo como maior expoente o caso de Ouro Preto.

Porém, foi observado na Europa que em cidades com topografia pouco favorável como a constatada em Ouro Preto, se encontram processos avançados de implantação de acessibilidade física (e.g., Toledo). Assim, pode-se afirmar que a implantação de núcleos urbanos em sítios de difícil acesso não impede a melhoria das condições de acessibilidade ao património urbano.

Destaca-se que na legislação portuguesa ou na brasileira não existem normas para assegurar a acessibilidade sensorial com a finalidade de comunicar os valores artísticos do espaço urbano para as pessoas com deficiência visual. As normas em proteção às pessoas com deficiência visual estão associadas à sua mobilidade e enquadram-se na acessibilidade física ou de comunicação que apoie a localização, nomeadamente, ao exigir recursos de piso tátil, sinalização de andares em elevadores.

Outro aspecto estudado na pesquisa foi o Plano de Acessibilidade em escala urbana. Várias cidades em Portugal já implementaram e encontram-se em fases avançadas, com vários incentivos para sua promoção.

Constatou-se que o turismo é um grande propulsor da acessibilidade, sendo que operadoras europeias lapidam soluções, participando ativamente no desenvolvimento de normas e exigindo soluções acolhedoras.

Na terceira fase, síntese e validação, a conjugação dos resultados obtidos nas fases precedentes fundamentou recomendações de boas práticas para promover a acessibilidade física, acessibilidade sensorial e acessibilidade à informação.

As recomendações de boas práticas tiveram como base a conjugação dos resultados obtidos nas fases precedentes, com o objetivo de documentar formas de se remover barreiras e de evitar novas. Para formulação das boas práticas houve validação por um painel de especialistas. Documentaram-se 43 boas práticas que incidem na promoção da acessibilidade física, 16 boas práticas de acessibilidade sensorial e 7 boas práticas de acesso à informação.

Como exemplo, a boa prática de acessibilidade física número dois, em anexo, indica: *“Nos locais com inclinação acima do adequado para percursos acessíveis, devem ser previstas soluções compensatórias. Por exemplo, mais lugares de estacionamento reservado, maior oferta de transporte especializado, ou a implantação de meios mecânicos.”*

Esta situação não se encontra exigida por lei e entendeu-se ser importante alertar para esta possibilidade de intervenção que pode compensar a impossibilidade de se ter soluções mais eficientes a curto prazo.

Verificou-se que, apesar de alguns bons exemplos, os espaços públicos patrimoniais em Portugal e no Brasil ainda não proporcionam adequadas condições de acessibilidade, embora exista amparo legal que defenda a sua implantação. As melhores práticas ainda não foram assimiladas pelo poder público Luso-Brasileiro.

Mesmo o Brasil tendo uma legislação consolidada no que tange à acessibilidade física, a comunicação da imagem do patrimônio urbano encontra-se por se defender de forma específica, uma vez que é um tema omissos nas normas.

Objetiva-se que os resultados do estudo sistematizados em boas práticas, sejam úteis para orientar ações futuras, e deste modo contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade de núcleos urbanos patrimoniais, colaborando para a promoção da igualdade de oportunidades, com maior evidência da possibilidade de se reconhecer o valor da acessibilidade como uma ferramenta transformadora para promoção da autonomia de pessoas com deficiência.

A falta de boas práticas documentadas no contexto luso-brasileiro tornou este trabalho original e as 66 boas práticas validadas por especialistas demonstra a aplicabilidade prática da pesquisa.

Tornar os espaços públicos patrimoniais acessíveis não é apenas uma necessidade técnica, mas uma forma de garantir a democratização do patrimônio histórico e reabilitar cidades, tornando-as verdadeiramente inclusivas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Desenho universal, Núcleos urbanos históricos, Patrimônio urbano, Reabilitação urbana.

Meus sinceros agradecimentos aos meus orientadores, Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa e Doutor João António Costa Branco de Oliveira Pedro, por toda dedicação em conduzir este trabalho a termo. À Universidade de Lisboa pelo acolhimento.

Anexo 1

Exemplos de boas práticas de acessibilidade física.

2. Nos locais com inclinação acima do adequado para percursos acessíveis, devem ser previstas soluções compensatórias.

Por exemplo, mais lugares de estacionamento reservado, maior oferta de transporte especializado, ou a implantação de meios mecânicos.

Figura 151 – Lisboa, elevador de Santa Justa.
(Fonte: fotografia da autora, 2003)



Figura 152 – Selos da série Elevadores Públicos de Portugal.
Elevador da Glória, Elevador de Nazaré, Funicular dos Guindas, Elevador de Santa Justa, Elevador do Bom Jesus e Elevador de Santa Luiza.
(Fonte: Selos CTT, série Elevadores Públicos de Portugal, 2010)



8. A utilização dos espaços e a disposição do mobiliário deve ser regulada e fiscalizada.

O espaço ordenado facilita a leitura do ambiente, a orientação e a mobilidade. O mobiliário pode obstruir os percursos acessíveis ou ser perigoso para as pessoas com visão reduzida.

Figura 164 – Guimarães, passagem assegurada pelo ordenamento do uso.
(Fonte: fotografia da autora, 2015)



Figura 165 – Lisboa, ordenamento do mobiliário urbano.
(Fonte: fotografia da autora, 2003)



Figura 166 – Salamanca, passagem assegurada pelo ordenamento do uso.
(Fonte: fotografia da autora, 2016)



32. A continuidade da orientação tátil nas faixas de travessia deve ser assegurada.

Pretende-se conduzir o peão com limitações visuais para os semáforos e evitar a sua circulação fora da faixa de travessia.

Figuras 219 e 220 – Brno e Bratislava, orientação tátil nas passagens de peões.
(Fonte: fotografias da autora, 2016)



Bibliografia

Ferreira, Oscar Luís. **Patrimônio Cultural e Acessibilidade**. As intervenções do Programa Monumenta de 2000 a 2005. 2011.